

OS AÇORES E OS IMPÉRIOS

séculos XV a XX*

Avelino de Freitas de Meneses**

Introdução

No termo da Idade Média, o cerco do Islão provoca o isolamento da Europa, impedindo o convívio entre o Ocidente e o Oriente. Porém, no século XV, a expansão portuguesa origina a descompartimentação do Mundo, contribuindo em muito para a génese da globalização de hoje, obtida pela conversão de uma velha cultura continental e mediterrânica numa nova vivência intercontinental e transoceânica. Assim, desabrocha a Modernidade, fruto de uma autêntica revolução do conhecimento, movida pela acção dos portugueses, que pela primeira vez confere aos europeus uma perspectiva verdadeiramente planetária.

Na abertura do Mundo, as ilhas desempenham um papel fundamental, que supera bastante a sua reduzida dimensão nos diferenciados domínios da dimensão territorial, do efectivo demográfico, da representação política e da produção de riqueza. As ilhas, no passado, contribuem para a organização dos novos, difíceis e desmedidos espaços do Ultramar e ainda correspondem, quiçá pela primeira vez, às inquietações económicas da empresa dos descobrimentos. As ilhas, em todos os tempos, isto é, do passado até ao presente, facilitam as comunicações, primeiro as maríti-

* Conferência proferida na Horta, em Maio de 2009, na abertura do Colóquio “Pequenos Espaços, Grandes Histórias. Ilhas, enclaves e fortalezas na construção do império”, organizado pelo Centro de História de Além-Mar (CHAM) das Universidades Nova de Lisboa e Açores.

** Reitor da Universidade dos Açores (ameneses@uac.pt).

mas, em função das condições da navegação à vela e dos progressos da ciência náutica, depois as aéreas, consoante as limitações das aeronaves. Por tudo isto, as ilhas são agentes da transfiguração do globo, já que facilitam a aproximação dos continentes e o diálogo das civilizações, enquanto vias de exportação e de acolhimento de padrões civilizacionais milenares e dissemelhantes.

Entre os arquipélagos do oceano incomensurável, os Açores constituem uma porta da Modernidade, que facilita a abertura, o conhecimento e a partilha do Mundo. Tudo isto deriva da utilidade da geografia, nomeadamente de um posicionamento privilegiado no Atlântico Norte, determinado pelas condições da natureza - os regimes de ventos e de correntes - e pelo carácter da navegação - a marítima e a aérea - que transformam as ilhas em escala quase indispensável das rotas de todas as épocas.

Na correspondência intercontinental, o préstimo dos Açores persiste à passagem do tempo e à sucessão das hegemonias. Se não vejamos! Acontece no século XV, na época do pioneirismo dos portugueses, sob os estímulos da exploração do litoral africano e dos mares ocidentais. Sucede no século XVI, na era do primado dos ibéricos, conseqüente da assinatura do tratado de Tordesilhas em 1494, que confere a Portugal e à Espanha o monopólio do Ultramar, precisamente entre as descobertas da América em 1492 e da Índia em 1498. Continua no século XVII, mesmo quando emerge o longo predomínio dos nórdicos, primeiro os europeus - os holandeses, os franceses e sobretudo os ingleses - depois os norte-americanos, na seqüência da afirmação dos Estados Unidos.

Os Açores não constituem simplesmente um elo da correspondência transatlântica. Aliás, possuem uma identidade bem complexa. Com efeito, se a História evidencia muito a mundividência, apresentando as ilhas como o centro do Mundo, já a literatura ressalta muito o isolamento, resultante do afastamento dos continentes e da descontinuidade territorial, apresentando as ilhas como o fim do Mundo. Curiosamente, a política e os políticos, talvez com maior sentido do pragmatismo e da oportunidade, agem em função das circunstâncias. De facto, proclamam a projecção da universalidade, quando reivindicam mais capacidade de auto-governo, mas insistem na pobreza da ultraperifericidade, quando exigem mais contrapartidas financeiras. Apesar da divergência das perspectivas, atentemos mais na universalidade dos Açores, que historicamente influi na definição das dinâmicas do Atlântico, conferindo maior projecção à Europa.

1. As ocorrências da Idade Moderna

1.1. Nos séculos XV a XVII

Começemos pelo século XV! Estudiosos de ontem e de hoje consideram o descobrimento quatrocentista português dos Açores, que ocorre em 1427, por obra de Diogo de Silves, de acordo com a interpretação da carta de Gabriel de Valsequa de 1439, um acontecimento admirável, movido por causas de ordem estratégica. É uma possibilidade, se acreditarmos na existência de um plano henriquino de domínio dos mares, guiado pelo objectivo da chegada à Índia pela circum-navegação de África, que destaca a indispensabilidade da escala dos Açores. Pelo contrário, não é de todo uma possibilidade, se reconhecermos a inexistência de um programa meticuloso de descobertas, susceptível da previsão do préstimo da escala açoriana para a construção do império. A análise da cronologia contribui decisivamente para o esclarecimento do enigma. Em 1427, quando Diogo de Silves faz o descobrimento, e em 1432, quando Gonçalo Velho Cabral inicia o povoamento, a exploração da costa de África situa-se aquém do Cabo Bojador. A ida e o retorno processa-se em navegação costeira, que dispensa o amparo das ilhas. Assim, em referência à descoberta, a utilidade estratégica dos Açores, mais do que uma causa, parece uma consequência, sobretudo dos progressos da expansão portuguesa na África ocidental e no Atlântico de noroeste. Ao invés do que sucede com o descobrimento, a evolução do povoamento dos Açores já demonstra inequivocamente a relevância estratégica do arquipélago. No tempo de D. João II, por influência da infanta D. Beatriz, o incentivo da colonização em S. Miguel e no grupo central, particularmente na Terceira, e na era de D. Manuel I, primeiro donatário e depois rei, o alargamento da ocupação às ilhas ocidentais das Flores e do Corvo resultam dos avanços da navegação ao longo do litoral africano, que propiciam a chegada ao Oriente longínquo e ressaltam a evidência da base açoriana no apoio à correspondência entre a Europa e o Ultramar.

No século XV, o préstimo estratégico dos Açores assenta na exploração da costa de África e no fascínio do Ocidente. Analisemos as principais incidências em ambas as partes da expansão quatrocentista, sempre na perspectiva do envolvimento dos Açores.

Na costa de África, em 1434, após a dobragem do Cabo Bojador, os portugueses atingem a região da Guiné. Na altura, deparam-se com vantagens económicas e com problemas náuticos. As vantagens económicas

decorrem do acesso ao ouro, às especiarias e aos escravos, que ocorre nas costas da Mina, da Malagueta e dos Escravos, respectivamente. Os problemas náuticos derivam dos condicionalismos atmosféricos e marítimos, nomeadamente os ventos e as correntes, que dificultam o regresso ao Reino, causando o impedimento da navegação à vista da costa e a obrigação da volta pelo largo, com passagem pelos Açores, que destaca, pela primeira vez, a valia da escala insular para o reabastecimento e a segurança das armadas.

Na expansão portuguesa, a via oriental equivale à opção oficial, que ainda avulta por mais perceptível no reinado de D. João II, quando sobrevêm a certeza do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, através da circum-navegação de África. No entanto, a via ocidental constitui uma alternativa officiosa, que suscita o interesse de particulares e de aventureiros, que até logram o apoio da coroa em função da expectativa de novos achados. No século XV, mais do que uma base estruturada de exploração do Ocidente, os Açores são acima de tudo um meio de conhecimento de paragens atlânticas do noroeste, que contribui para o cumprimento de objectivos tão diversos quanto difusos. Entre eles: o estudo do mar, tendente à descoberta das rotas mais seguras; a procura de ilhas míticas, algumas jamais encontradas; e a descoberta de territórios continentais, à luz da teoria da esfericidade da terra, que exclui a interposição de continentes entre a Europa e a Ásia, induzindo Cristóvão Colombo na convicção da chegada à Índia das especiarias em 1492, antes do retorno à Península Ibérica, com escala na ilha de Santa Maria, nos Açores.

Atentemos em três exemplos que demonstram a utilidade dos Açores no desvendar do Ocidente. Em 1452, no seguimento de uma viagem para noroeste, ocorre o descobrimento das ilhas das Flores e do Corvo, por algum tempo identificadas com um novo arquipélago. É, portanto, o fascínio do Ocidente que possibilita o conhecimento integral dos Açores. Em 1474, a divisão da Terceira nas capitânias de Angra e Praia, doadas respectivamente a João Vaz Corte Real e a Álvaro Martins Homem, constitui, segundo diversos testemunhos, uma recompensa pela realização de uma viagem para noroeste, talvez até à costa da Terra Nova. Nesta perspectiva, Cristóvão Colombo avulta cada vez menos como pioneiro do achamento do Novo Mundo. Em 1501-02, os irmãos Gaspar e Miguel Corte Real procedem à exploração da Terra Nova. Alguns observadores até crêem que Miguel Corte Real participa na colonização da costa norte-americana, embora só à luz da inverosímil inscrição da pedra de Dighton, encontrada na foz do rio Taunton. Após cerca de meio milénio de esquecimento, desde

uma abordagem Viking pelo ano 1000, a façanha dos Corte-Reais revela a América do Norte à Europa, certificada nos progressos cartográficos, logo vertidos no denominado planisfério Cantino de 1502.

As chegadas de Cristóvão Colombo à América em 1492 e de Vasco da Gama à Índia em 1498 acrescem ainda mais a importância estratégica dos Açores. De facto, as rotas do Cabo e das Índias de Castela, que unem respectivamente o Oriente a Lisboa e o Novo Mundo a Sevilha, fazem escala no arquipélago nos percursos de retorno, quando transportam especiarias e metais preciosos, que operam a transfiguração da Europa. Ademais, em 1494, o tratado de Tordesilhas divide o mundo tido por civilizado em dois blocos. Os ibéricos - portugueses e espanhóis - conseguem o monopólio da exploração do Mundo desconhecido e pretendem o encerramento do mar. Os nórdicos - holandeses, franceses e ingleses - contestam o privilégio dos peninsulares e defendem a liberdade do mar. Neste contexto, a utilização dos Açores convém aos propósitos de ambos os contendores. Para os ibéricos, a posse das ilhas constitui uma garantia da correspondência entre a Europa e o Ultramar, que salvaguarda o monopólio reconhecido pelo entendimento de Tordesilhas. Para os nórdicos, a frequência das ilhas corresponde a um expediente de aproximação ao Além-Mar, onde também intentam a constituição de impérios coloniais, e equivale a um meio de contacto com os carregamentos exóticos, através do contrabando e do roubo. Assim, sempre que o domínio dos mares é a forma de engrandecimento dos Estados os Açores são um campo de peja entre partes desavindas.

O corso, a pirataria e até a guerra pertencem, desde o século XVI, ao quotidiano dos ilhéus, dada a participação do arquipélago na partilha do Além-Mar. O corso e a pirataria são práticas demasiado antigas, entretanto muito activas no mar Mediterrâneo durante a Idade Média, porque então legitimadas pela antinomia entre cristãos e infiéis. Na era de quinhentos, ocorre apenas o alargamento à dimensão do Atlântico, gerado pela cobiça das riquezas ultramarinas. Atentemos no carácter dos corsários e dos piratas que actuam nos Açores no século XVI. Em relação à naturalidade, predominam os europeus do Norte - os franceses e os ingleses - arredados da partilha do Ultramar pelo clausulado de Tordesilhas. Em referência à área de acção, estabelecem sempre base nos Açores, devido ao determinismo da natureza, que dita a obrigatoriedade da passagem pelas ilhas das naus da Índia e da América no retorno estival à Península Ibérica. Todavia, se na 1ª metade do século XVI agem mais no denominado mediterrâneo atlântico contra embarcações isoladas, já na 2ª metade do

século XVI abrangem todas as paragens ultramarinas, atentando também contra armadas comerciais poderosas. Sobre os efeitos do corso e da pirataria, são sempre nefastos. Entre eles, sobressaem: a insegurança dos mares; a invasão das ilhas, sobretudo das mais pequenas, das mais periféricas e das menos protegidas; e o temor das populações, que quase nunca resistem, que quase sempre fogem, que por vezes até colaboram.

No século XVI, a relevância estratégica dos Açores também motiva a participação na guerra. No seguimento da crise dinástica de 1580, que deriva do desastre de Alcácer-Quibir e da regência de D. Henrique, a rebelião terceirense e a conquista espanhola denotam a importância estratégica dos Açores nas ligações entre os mundos velho e novo, à luz das rivalidades internacionais. A rebeldia insular ameaça o colossal império filipino, agora acrescido pelas possessões portuguesas, e possibilita a redistribuição ultramarina, cada vez mais requerida pelos potentados nórdicos. Por isso, a resistência aos espanhóis não é uma mera consequência da crise dinástica de 1580. Claro que é o resultado do afastamento das ilhas, que impede o acometimento militar, da fidelidade de Ciprião de Figueiredo, que credibiliza a causa antoniana, e do patriotismo terceirense, que suscita o sacrifício dos povos, mas é sobretudo uma decorrência da importância geopolítica das ilhas, que justifica o apoio militar da Europa do Norte - da França e da Inglaterra - traduzido no envio de milhares de soldados e de aventureiros e de armadas militares, que permitem o adiamento da conquista de 1580 até 1583. A comprovar este entendimento, citemos dois exemplos. Em Outubro de 1581, Frei Simão de Barros, terceirense e adepto do Prior do Crato, solicita ajuda à rainha de Inglaterra, por considerar que "... a importância desta terra é tão grande que ousa dizer que sem na ter por si El-rei Felipe não poderá ser rei seguro nem ainda do reino de Castela. Esta é a chave de toda a navegação de Espanha e quem a tiver não tem necessidade de ir a Índias nem de passar ao mar do sul ..."¹. Após a conquista de 1583, ocorre a suspensão do auxílio europeu a D. António, uma evidência dos propósitos utilitários dos aliados do Prior do Crato, apenas movidos pela ambição da partilha do Mundo.

Ao longo do século XVI, o reforço dos sistemas defensivos marítimo e terrestre, que redundava na constituição da armada das ilhas, na nomeação de um provedor das armadas e na construção das fortalezas de S. Brás e de S. Sebastião, em Ponta Delgada e Angra, respectivamente, também

¹ David B. Quin, *England and the Azores 1581-1582: Three Letters*, separata XXIII do Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa 1979, p. 13

comprova a importância estratégica dos Açores. Atenemos melhor em tais evidências. A armada das ilhas navega anualmente de Lisboa até aos Açores, desde os alvares de quinhentos. Uma vez na Terceira, procede à recolha de novas informações e eventualmente à redefinição de estratégias. Depois, rumo para a região das Flores e Corvo, “porta de entrada” das embarcações comerciais em águas insulares, onde efectua uma vigilância do mar, antes do achamento, da reunião e do acompanhamento das armadas mercantis, que navegam para Lisboa. A nomeação de um Provedor das Armadas da Ilha Terceira sucede por cerca de 1527. O oficial assume os encargos do provimento e da reparação das frotas da Índia, mas também o dever do fortalecimento, sempre que entendido por necessário, da capacidade dissuasora da armada das ilhas. À entrada da 2ª metade do século XVI, a agudização das rivalidades euro-ultramarinas avulta a insuficiência da defesa insular. Daí, a necessidade de fortificação das principais ilhas, que resulta na construção das fortalezas de S. Sebastião, S. Brás e Santa Cruz, respectivamente na Terceira, em S. Miguel e no Faial.

Após a conquista de 1583, a política filipina certifica a relevância dos Açores na defesa do império hispano-português. De facto, os espanhóis convertem o arquipélago em baluarte de vigia e defesa do Atlântico, que confere segurança às armadas das Índias e previne a acção do corso e da pirataria. Nestas circunstâncias, assistimos ao reforço da defesa no mar e em terra. Na frente marítima, acresce a capacidade das expedições de protecção das rotas comerciais e avulta a beneficiação dos principais ancoradouros, tudo tendente à contenção de corsários e de piratas. Neste particular, embora de novo em vão, sucede a retoma do projecto de edificação de um porto no ilhéu de Vila Franca, indispensável à segurança de S. Miguel e facilmente justificável pelo peso demográfico e pelo poder económico micaelenses. Na frente terrestre, acontecem o restauro e a construção de fortificações. Neste caso, a edificação do castelo de S. Filipe, no Monte Brasil, da ilha Terceira, constitui o melhor paradigma, já que se trata de uma das mais inexpugnáveis fortalezas até então erigidas no Além-Mar. Com efeito, a vastidão do reduto permite o acantonamento dos militares espanhóis e dos apaniguados portugueses, em eventual conjuntura de rebelião interna ou de ataque externo, a imponência da frontaria coloca a cidade sob custódia e o domínio das baías de Angra e do Fanal salvaguarda as armadas comerciais contra a investida dos inimigos.

Entre os séculos XV e XVII, a utilidade estratégica confere aos Açores projecção nacional, internacional e ultramarina. Na altura, o apoio à navegação transatlântica acontece sobretudo na ilha Terceira, particular-

mente na baía de Angra, em virtude da segurança do ancoradouro e do desenvolvimento da economia, que geram a concentração administrativa. Estamos no tempo em que Angra é a capital oficiosa do arquipélago, cognominada por Gaspar Frutuoso de “universal escala do mar do ponente”. Estamos no tempo em que a expressão “ilhas Terceiras” é sinónimo de Açores, isto é, o conjunto insular assume a designação da sua parte mais relevante.

1.2. Nos séculos XVII e XVIII

A partir da 2^a metade do século XVII, o progressivo declínio ultramarino dos ibéricos e a gradual proeminência colonial dos nórdicos originam a alteração dos equilíbrios geoeconómicos. O fenómeno possui repercussões nos Açores, ainda por cima em período de acentuada crise interna, ocasionada pelo desaparecimento do pastel, talvez o produto de comercialização mais rentável nos séculos XVI e XVII, entretanto vítima de colapso, antes da expansão da vinha, que acontece no século XVIII, principalmente no grupo central, e do incremento da laranja, que sucede no século XIX, sobretudo em S. Miguel.

Sobre este novo tempo, que principia na aproximação do termo de seiscentos, persistem interpretações muito divergentes, relativamente à manutenção da utilidade estratégica dos Açores. A historiografia portuguesa - a açoriana e particularmente a terceirense - alude à perda da vantagem da localização geográfica do arquipélago, motivada pela expansão dos nórdicos e pelo progresso da navegação. Vejamos dois exemplos. João da Rocha Ribeiro, em escrito de 1821, afirma que “...por quasi dois seculos depois do seu descobrimento [séculos XV a XVII] fazia parecer que a Providencia tinha destinado estes torrões no meio do mar Atlantico para socorrer, e facilitar a comunicação dos mundos velho e novo [...] Depois, porém, pelo natural curso das cousas [...] foi cessando a consideração em que estas Ilhas erão tidas [...] e há hum seculo, ou mais, que ellas são avaliadas pelo seu intrinseco somente”². Francisco Ferreira Drumond, em referência ao período de 1640 a 1766, sustenta que “... nos livros de notas dessa idade fatal se encontrão inumeraveis escripturas de trespassos de

² João da Rocha Ribeiro, “Collecção de Avisos Régios, Officios, e mais papeis relativos à exportação do grão das Ilhas dos Açores”, Lisboa, 1821, in *Arquivo dos Açores*, 2^a edição, V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, pp. 320-321.

empenhos de bens livres e vinculados, não havendo quasi família por mais abastada que fosse que não alienasse grande parte de seus fundos, para se ver livre das violentas opressões da justiça ...”³. Em conclusão, lavra inequivocamente a síndrome da decadência entre os nacionais. Ao invés, mas considerando a mesma época, a historiografia estrangeira, sobretudo a nórdica, mais particularmente a britânica e a norte-americana, ressalta os interesses econômico e estratégico dos Açores, isto na perspectiva do controle dos mares, exercido pela Inglaterra nos séculos XVIII e XIX e pelos Estados Unidos no século XX. Vejamos dois exemplos. Em 1813, na sua *History of Azores*, o britânico Thomas Ash alude à utilidade política das ilhas, pelo seu posicionamento de relevo entre a Europa, a África e a América. Daí, a proposta da conversão do arquipélago em protectorado inglês, considerando a conveniência britânica e até talvez a vontade das elites açorianas, sobretudo as micalenses, as quais perante a perda do domínio de Portugal no Ultramar manifestam um sentimento de grande orfandade, sugerindo em épocas de crise econômica a aproximação às potências marítimas dominantes, mais na óptica da obtenção de um novo proteccionismo, do que no intento da conquista da independência. Em 1972, Bentley Duncan, nas suas *Atlantic Islands*, que caracterizam os arquipélagos portugueses do Atlântico no século XVII, destaca o declínio da rota do Cabo e a incipiência do comércio com o Brasil, que contrastam com o desenvolvimento econômico, resultante da inserção dos Açores nas rotas transatlânticas dos ingleses.

A contradição das opiniões motiva uma interrogação. Qual a verdadeira utilidade estratégica dos Açores desde finais do século XVII?

O declínio de Portugal e da Espanha molesta a participação dos Açores nos circuitos comerciais de Além-Mar. É certo que o Brasil assume a função de principal colônia de Portugal e da Europa no Ultramar. Contudo, diversos constrangimentos dificultam a correspondência brasileira. Em comparação com a velha rota do Cabo, a maior proximidade do Reino desvaloriza a escala açoriana na correlação sul-americana. Além disso, embora em Portugal muito questionáveis, as práticas do mercantilismo originam uma ambiência de nacionalismo econômico, que acentua a vigilância sobre as carreiras mercantis, obrigando à realização de via-

³ Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis e Eclesiásticos para a História das Nove Ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha Terceira*, (estudo introdutório, leitura, fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite), Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 42

gens em direitura entre o Brasil e o Reino, isto é, sem paragem, também justificadas pela maior valia das cargas, que inclui os metais preciosos.

O predomínio dos nórdicos comporta uma catadupa de transformações, que gera inquietação nos Açores. Os confrontos entre potentados europeus ocorre, por exemplo, em palcos mais longínquos e dispensa a utilização dos portos insulares. Também por isso, os Açores figuram cada vez menos como centro de redistribuição e de contrabando, que no passado atraía mercadores de grosso trato. Por acréscimo, após a Restauração, os britânicos conquistam privilégios no Ultramar português, em recompensa pelo auxílio militar prestado à Casa de Bragança. Nestas circunstâncias, sucede a dificuldade de colocação dos produtos açorianos nos mercados de Além-Mar.

O relacionamento euro-atlântico desvaloriza a escala açoriana, aconselhando uma estratégia de desenvolvimento interno, menos dependente da contingência das disputas e das permutas oceânicas. Contudo, nos Açores, a força da geografia pontifica sempre nas relações entre a Europa e o demais Mundo. Aliás, logo na transição para o século XVIII, ocorre a reintegração insular na nova orgânica ultramarina. Assim, as ilhas ainda servem os impérios ibéricos, mas já sustentam o primado dos nórdicos, sobretudo dos britânicos, promovendo sempre a união de todas as margens do Atlântico. A certificá-lo, citemos um testemunho anónimo de meados do século XVIII sobre o propósito de construção de uma doca no Faial. A fonte relata que "... as Ilhas dos Açores são o ponto certo que tomam todas as nações da Europa que navegam para o mais resto do Mundo ..."⁴. Por isso, ainda se diz que "... em ocasiões de guerras põem nesta Ilha as nações amigas os seus avisos, os quaes vem tomar a ella as suas embarcações para seguirem os derrotas mais convenientes ..."⁵.

A partir de finais do século XVII, bem vistas as coisas, sucede inclusivamente o alargamento da utilidade estratégica dos Açores. Como referimos, mais embarcações e mais rotas transoceânicas procuram o amparo insular, quando também mais ilhas e mais portos açorianos dão guarida à navegação euro-ultramarina. Porém, se no passado Angra era por excelência a escala das rotas do Cabo e das Índias Ocidentais, agora a regressão do comércio do Oriente também debilita a tradicional primazia da ilha Terceira. Nestas circunstâncias, a Horta converte-se na escala pri-

⁴ "Para se fazer um porto seguro na Ilha do Fayal", in *Arquivo dos Açores*, 2^a ed., VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. 298.

⁵ Idem, *ibidem*.

mordial, tanto pela excelência do ancoradouro como pelo desenvolvimento da economia, nomeadamente pela expansão da viticultura no Pico, que depois conquista os mercados coloniais, por exemplo, os brasileiros e os norte-americanos. A tudo isto, ainda acresce o interesse dos ingleses, que carregam vinho do Pico, requerido pelos mercados das Américas do Norte e do Centro, que descarregam comestíveis, indispensáveis à superação das crises frumentárias do Faial e Pico, e que procuram acesso às praças coloniais portuguesas, sobretudo do Brasil, sempre carentes de víveres, de manufacturas e de artefactos. Por isso, ao longo de século XIX, se pugna pela construção de um porto franco na Horta.

A análise dos factos evidencia dois fenómenos que comprovam a prevalência da utilidade estratégica dos Açores, apesar da permuta das hegemonias ultramarinas, que sucede na 2^a metade de seiscentos. São eles a continuidade do corso e da pirataria e a profusão das representações diplomáticas. Em relação ao corso e à pirataria, à preponderância de ingleses, franceses e holandeses, sucede o predomínio dos berberes, porque o alargamento da expansão europeia no Ultramar torna os nórdicos menos dependentes do roubo das carreiras comerciais, após a constituição dos respectivos impérios coloniais, e porque a irremediável decadência do Mediterrâneo transforma a aventura atlântica em inevitabilidade para os ladrões do Norte de África. Aliás, Charles Boxer, reportando-se ao século XVIII, alude à invasão das águas territoriais portuguesas por corsários mouros, cuja liberdade e consequente impunidade deriva da incapacidade da nossa marinha de guerra. Em referência às representações diplomáticas, nas cidades de Angra e de Ponta Delgada e na então vila da Horta, encontramos agentes consulares de Inglaterra, França, Holanda, Espanha, Suécia, Liga Hanseática, Prússia, Estados Italianos (Génova, Veneza e Sicília) e Ordem de Malta. Entre todas, ressalta a singularidade da delegação britânica, dotada de maior autonomia e composta por um maior número de agentes, que elege por principal sede a Horta, que também foi o local de acolhimento de uma das primeiras representações consulares dos Estados Unidos, chefiada pela família Dabney, uma descendência com grande relevância na política, na economia e na sociedade dos Açores.

2. Os factos da Idade Contemporânea

A Idade Contemporânea também altera a funcionalidade dos Açores na correlação atlântica. A primeira das transformações decorre da

perda da hegemonia da Europa no Mundo, que resulta da emergência de uma potência extra-europeia, os Estados Unidos da América. Aliás, a pouco e pouco, as elites açorianas, particularmente as micaelenses, ante as inconveniências da pequenez e da instabilidade do País, solicitam agora a integração ou o proteccionismo dos Estados Unidos, em substituição do velho amparo da Inglaterra. Porém, na Contemporaneidade, em lugar do exclusivo controlo do mar, o domínio dos céus demonstra uma vez mais a utilidade estratégica dos Açores, sempre movida pelo determinismo da geografia, mas ainda agora pelas condições da aeronáutica. De início, a Horta funciona como escala de hidroaviões. Depois, os aeroportos das Lajes e de Santa Maria, respectivamente nas dimensões militar e civil, desempenham funções determinantes. As Lajes jogam um papel de grande influência nos planos de defesa e de expansão do Ocidente, desde a 2ª guerra mundial até à actualidade. Santa Maria assume a feição de plataforma de reabastecimento transatlântico até à década de 1960, quando o progresso das aeronaves já dispensa o apoio prestimoso do passado.

2.1. No século XIX

No século XIX, a tradição reconhece o declínio da relevância estratégica dos Açores. Porém, a averiguação dos factos evidencia o contrário. Aliás, descobre-se inclusivamente uma utilidade estratégica activa e uma utilidade estratégica passiva. Na dimensão activa, no tempo da guerra peninsular, os Açores constituem a fronteira atlântica contra a aventura napoleónica e, na era de emergência dos Estados Unidos, correspondem à base da relação com a Europa, que até faculta o estabelecimento de contacto officioso com a ex-metrópole inglesa. Na dimensão passiva, durante muitas das décadas de oitocentos, os Açores representam uma espécie de reserva da Inglaterra, impenetrável aos inimigos de Londres, uma forma de recompensa da Inglaterra pela defesa de Portugal e das Colónias, que não evita o ultraje do *Ultimatum* de 1891.

2.2. No século XX

No século XX, a 1ª Guerra Mundial motiva a instalação de uma base naval norte-americana em Ponta Delgada, resultado da construção do porto artificial, com os lucros do comércio da laranja, que confere uma

projectão estratégica à ilha de S. Miguel, correspondente às tradicionais influências política, económica e demográfica. No entanto, a 2ª Grande Guerra acresce a importância estratégica do arquipélago. Para os aliados, os Açores facultam o controlo do mar, que garante a tradicional hegemonia colonial da Inglaterra e salvaguarda a futura projectão dos Estados Unidos. Para os alemães, os Açores proporcionam a liberdade do mar, permitindo a progressão das frotas de submarinos, que questiona a supremacia náutica da Inglaterra e tolhe o intento de expansão dos Estados Unidos. Para Portugal, os Açores constituem um hipotético refúgio para o governo de Lisboa, na eventualidade da aproximação da guerra à Península Ibérica. No pós-guerra, persiste o interesse estratégico dos Açores. Com efeito, a construção da base das Lajes, em vez de meio de contenção dos submarinos alemães, já muito neutralizados pelos porta-aviões dos Estados Unidos, equivale a uma forma de projectão do poderio norte-americano até à Europa, ao Norte de África e ao Médio Oriente. Assim, no termo da guerra, os relatórios militares dos Estados Unidos consideram os Açores um centro nevrálgico para a defesa norte-americana, por exemplo, mais importante do que a Islândia, a Gronelândia, a Terra Nova e Porto Rico. Depois, as incidências da denominada guerra fria também certificam a projectão estratégica dos Açores, à luz do confronto Leste-Oeste, traduzido no antagonismo entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética.

Acrescentemos ainda mais algumas reflexões sobre a importância estratégica dos Açores na Contemporaneidade mais próxima.

No apoio às rotas transatlânticas, verificamos sempre o envolvimento de mais ilhas. Entre as principais, à relevância da Terceira e do Faial, sucede também a influência de S. Miguel, fruto da construção do porto de Ponta Delgada e, talvez também, do aeroporto de Santana. Entre as periféricas, a base francesa das Flores rememora a relevância das Flores e do Corvo, porta de entrada em mares dos Açores das embarcações da costa de África, da Índia e do Novo Mundo durante a Modernidade e, por consequência, paradeiro de corsários e de piratas. No extremo oposto do arquipélago, é também a Contemporaneidade que relewa as potencialidades de Santa Maria.

Na Idade Contemporânea, como sucede desde finais de seiscentos, a utilidade estratégica reverte em benefício de estrangeiros, nomeadamente ingleses e norte-americanos. Nesta conjuntura, qual é o ganho de Portugal? A averiguação dos factos demonstra que o nosso País retira proveitos para o bem e para o mal. Para o bem, por exemplo, a integração dos

portugueses entre os membros constituintes da OTAN em 1949, afinal uma consequência da necessidade de utilização da escala dos Açores. Para o mal, por exemplo, o prolongamento da ditadura salazarista e da guerra colonial, que ocorre na era da emergência e da consolidação das democracias, fruto da complacência do Ocidente, movida pela indispensabilidade da base das Lajes.

Conclusão

A terminar, deixemos algumas interrogações. Na história dos Açores, há fases de grande projecção estratégica, interrompidas por períodos de depreciação da nossa geografia. Hoje, apesar das incidências do 11 de Setembro, que revalorizam a função estratégica dos Açores, uma diversidade de opiniões insiste na teoria do declínio. Será um declínio efectivo? Talvez! Será um declínio definitivo? Nunca o foi no passado! No entanto, há um dado novo. Durante mais de 500 anos, entre os séculos XV e XX, o Atlântico foi o centro do Mundo. E agora? Ainda será? Não sabemos! Mas talvez já não seja! E se não for? As escalas e as bases do Atlântico manterão a mesma proeminência do passado? É muito provável que não! Todavia, há mais um dado novo. Na actual era da globalização, o Mundo constitui uma unidade cada vez mais próxima. Por isso, todas as ilhas, e necessariamente os Açores, estão no centro dele.